

SAÚDE PÚBLICA NO SÉCULO XXI: UMA ABORDAGEM SOBRE CONDIÇÕES SOCIAIS E SAÚDE

Volume 2

Organizadora:
Daniela Reis Joaquim de Freitas



SAÚDE PÚBLICA NO SÉCULO XXI: UMA ABORDAGEM SOBRE CONDIÇÕES SOCIAIS E SAÚDE

Volume 2

Organizadora:
Daniela Reis Joaquim de Freitas

Editora Omnis Scientia

**SAÚDE PÚBLICA NO SÉCULO XXI:
UMA ABORDAGEM SOBRE CONDIÇÕES SOCIAIS E SAÚDE**

Volume 2

1ª Edição

TRIUNFO – PE

2021

Editor-Chefe

Me. Daniel Luís Viana Cruz

Organizadora

Daniela Reis Joaquim de Freitas

Conselho Editorial

Dr. Cássio Brancaloneo

Dr. Marcelo Luiz Bezerra da Silva

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

Dr. Plínio Pereira Gomes Júnior

Dr. Walter Santos Evangelista Júnior

Dr. Wendel José Teles Pontes

Editores De Área – Ciências Da Saúde

Dra. Camyla Rocha de Carvalho Guedine

Dra. Cristieli Sérgio de Menezes Oliveira

Dr. Leandro dos Santos

Dr. Hugo Barbosa do Nascimento

Dr. Marcio Luiz Lima Taga

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

Assistente Editorial

Thialla Larangeira Amorim

Imagem de Capa

Freepik

Edição de Arte

Vileide Vitória Larangeira Amorim

Revisão

Os autores



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

O conteúdo abordado nos artigos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S255 Saúde pública no século XXI [livro eletrônico] : uma abordagem sobre condições sociais e de saúde: volume 2 / Organizadora Daniela Reis Joaquim de Freitas. – Triunfo, PE: Omnis Scientia, 2021.
105 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-88958-72-8

DOI 10.47094/978-65-88958-72-8

1. Atenção à saúde – Aspectos sociais. 2. Política de saúde – Brasil. 3. Saúde pública. I. Freitas, Daniela Reis Joaquim de.

CDD 362.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora Omnis Scientia

Triunfo – Pernambuco – Brasil

Telefone: +55 (87) 99656-3565

editoraomnisscientia.com.br

contato@editoraomnisscientia.com.br



PREFÁCIO

A Saúde Pública pode ser definida como um conjunto de medidas executadas pelo Estado para manutenção e promoção do bem-estar físico, mental e social de sua população. Ela é basicamente gerenciada pelo Estado, mas sofre intervenção da comunidade acadêmica e científica com o intuito de promover melhorias em suas propostas para a população. Assim sendo, a pesquisa dentro da área de Saúde Pública é fundamental para seu desenvolvimento e evolução.

E o livro “SAÚDE PÚBLICA NO SÉCULO XXI: UMA ABORDAGEM SOBRE CONDIÇÕES SOCIAIS E SAÚDE, VOL 2” é a prova de que o Brasil é profícuo quando se trata de pesquisa. Esta obra é composta por trabalhos científicos produzidos na forma de artigos originais e de revisão, que abordam diferentes aspectos da saúde pública no Brasil. Todas estas pesquisas possuem campo dentro das Ciências da Saúde, Saúde Coletiva, Medicina, Ciências sociais, entre outras áreas.

Ao longo de 10 capítulos serão discutidas diferentes temáticas, com embasamento teórico-científico atualizado e discussão de conceitos importantes. Este livro é principalmente voltado para os estudantes e profissionais que desejam conhecer um pouco mais do que é produzido em pesquisa na área das Ciências da Saúde com ênfase na Saúde Pública, através de uma leitura rápida, dinâmica e com linguagem científica, porém acessível. Portanto, apresentamos ao leitor um trabalho de qualidade, atualizado e devidamente revisado por pares.

Em nossos livros selecionamos um dos capítulos para premiação como forma de incentivo para os autores, e entre os excelentes trabalhos selecionados para compor este livro, o premiado foi o capítulo 5, intitulado “DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS ODMS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DO ACARÁ”.

Boa leitura.

Daniela Reis Joaquim de Freitas

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....11

AS CONDIÇÕES SOCIAIS NA SAÚDE EM RELAÇÃO AO CÂNCER DE MAMA E O DIAGNÓSTICO PRECOCE: RELATO DE CASO

Rebeca Sousa Campelo

Nathália Gomes da Silva

Priscila Ferreira Barbosa

Fabiana Cândida de Queiroz Santos Anjos

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/11-18

CAPÍTULO 2.....19

A IMPORTÂNCIA DOS MÉTODOS DE PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO PARA A SAÚDE PÚBLICA: REVISÃO NARRATIVA.

Mariana Machado dos Santos Pereira

Júlio César Caixeta

Carina Vaz da Costa

Ana Paula da Silva Queiroz

Thays Peres Brandão

Elaine Gomes do Amaral

Bruna Domingos Peres

Cáritas Nogueira Rosa

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/19-27

CAPÍTULO 3.....28

POLÍTICAS INCLUSIVAS DE GÊNERO À SAÚDE DA POPULAÇÃO TRANSEXUAL

Lidyane Rodrigues Oliveira Santos

Aryanne Oliveira Candeira

Cyntia Maria da Silva

Silvia Silva Barbosa

Theresa Christina F. Linhares

Kelson Antonio de Oliveira Santos

Maria Tamires Alves Ferreira

Italo Régis Vieira Da Silva

Bruno da Silva Gomes

Adriana Rodrigues Alves de Sousa

Bianka Borges de Oliveira

Érica Valnis Moreira Lima

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/28-37

CAPÍTULO 4.....38

O IMPACTO DO CONSUMO DE PORNOGRAFIA NA SAÚDE MENTAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Thaís Hoffmann Stump

Wanderlei Abadio de Oliveira

Denise de Micheli

Adriana Scatena

Felipe Anselmo Pereira

Rosana Fanucci Silva Ramos

Suzanna Araújo Preuhs

Gabriella Di Girolamo Martins

Lidiane dos Santos Souza

Willian Echeverria

Richard Aleksander Reichert

André Luiz Monezi Andrade

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/38-49

CAPÍTULO 5.....50

DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS ODS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DO ACARÁ

Analaura Corradi

Mayra Herminia Simões Hamad Farias do Couto

Brenda Souza Moreira

Ariane Helena Coelho Raiol

Luan da Silva Freitas

Kátia Primavera das Neves

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/50-62

CAPÍTULO 6.....63

INSEGURANÇA ALIMENTAR: O BRASIL E O MAPA DA FOME

Dannyele Cristina da Silva

Giovana Frazon de Andrade

Amanda Iuchemin

Lara Castanhel Ruschel

Daniela Correa

Ancelmo Schorner

Talyta Maria Sidor

Marisangela Lins

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/63-75

CAPÍTULO 7.....76

MISTANÁSIA E OS DETERMINANTES SOCIAIS EM SAÚDE

Daniella Sales e Silva Chaves

Adriana Gradela

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/76-84

CAPÍTULO 8.....85

ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL PELA EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM UM TERRITÓRIO DE BELA CRUZ - CE

Maria Cassiana Rosa Carneiro Cunha

Morgana Gomes Izidório

Francisco Natanael Lopes Ribeiro

Antonia Gescica Arcanjo

Ana Kézia Sousa Nunes

Antonio Evandro de Sousa Melo

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/85-90

CAPÍTULO 9.....91

CONTRIBUIÇÃO DO MODELO SALUTOGÊNICO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE SOBRE A FISSURA LAPIOPALATINA

Edilma da Cruz Cavalcante

Luana Carla Bandeira Sobrinho

Ricardo Hugo Gonzalez

DOI: 10.47094/978-65-88958-72-8/91-101

ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL PELA EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM UM TERRITÓRIO DE BELA CRUZ - CE

Maria Cassiana Rosa Carneiro Cunha¹;

Centro Universitário INTA (UNINTA), Sobral – CE.

<http://lattes.cnpq.br/0078998227133568>

Morgana Gomes Izidório²;

Escola de Saúde Pública Visconde de Saboia (ESPVS), Sobral - CE.

<http://lattes.cnpq.br/2811126817315488>

Francisco Natanael Lopes Ribeiro³;

Escola de Saúde Pública Visconde de Saboia (ESPVS), Sobral - CE.

<http://lattes.cnpq.br/5660197173483158>

Antonia Gescica Arcanjo⁴;

Centro Universitário INTA (UNINTA), Sobral – CE.

<http://lattes.cnpq.br/0481451524942894>

Ana Kézia Sousa Nunes⁵;

Centro Universitário INTA (UNINTA), Sobral – CE.

<http://lattes.cnpq.br/1633597949409623>

Antonio Evandro de Sousa Melo⁶.

Centro Universitário INTA (UNINTA), Sobral – CE.

<http://lattes.cnpq.br/2819803093626515>

RESUMO: Diante da situação de crianças e adolescentes realizando práticas de trabalho infantil em suas diferentes formas, vivenciadas no campo de Estágio Supervisionado em Serviço Social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, no período de 2017 a 2018, no Município de Bela Cruz – CE, surge a necessidade de desenvolver uma educação em saúde junto as famílias em situação de vulnerabilidade social para elucidar os prejuízos que marcam extremamente o desenvolvimento das relações sociais saudáveis de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Utiliza-se como metodologia a Educação Popular em Saúde, numa perspectiva dialética de

envolver a participação das famílias numa construção conjunta do conhecimento entre diferentes saberes. Nessa perspectiva, utilizou-se como recurso a exposição de imagens, construída com a participação de todos para retratar o trabalho infantil, partindo da realidade que as famílias vivenciavam na comunidade. A partir desse espaço coletivo de escuta, diálogo e troca de saberes, possibilitou-se a análise e reflexão daquilo que revela ser uma prática comum para as famílias: o trabalho infantil, sobretudo, a situação de vulnerabilidade social, refletindo diretamente na dificuldade de perceber as implicações que o trabalho precoce acarreta no desenvolvimento social na vida das crianças e dos adolescentes. O trabalho infantil é a porta de entrada para as demais violações de direitos de crianças e adolescentes, e o seu combate requer a atuação das Políticas Públicas e ações intersetoriais organizadas e participativas, incluindo a população no protagonismo desse enfrentamento.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Saúde. Trabalho Infantil. Serviço Social.

ADDRESSING CHILD LABOR THROUGH HEALTH EDUCATION IN A TERRITORY OF BELA CRUZ - CE

ABSTRACT: Given the situation of children and adolescents performing child labor practices in its different forms, experienced in the field of Supervised Internship in Social Service at the Specialized Reference Center for Social Assistance - CREAS, from 2017 to 2018, in the Municipality of Bela Cruz - In the EC, there is a need to develop health education with families in situations of social vulnerability to elucidate the damages that extremely mark the development of healthy social relationships of children and adolescents in a situation of child labor. Popular Education in Health is used as a methodology, in a dialectical perspective of involving the participation of families in a joint construction of knowledge between different types of knowledge. From this perspective, the exhibition of images was used as a resource, built with the participation of everyone to portray child labor, based on the reality that families experience in the community. From this collective space of listening, dialogue and exchange of knowledge, it was possible to analyze and reflect on what reveals to be a common practice for families: child labor, especially the situation of social vulnerability, directly reflecting on the difficulty of perceiving the implications that early work entails for social development in the lives of children and adolescents. Child labor is the gateway to other violations of the rights of children and adolescents, and its fight requires the action of Public Policies and organized and participatory intersectoral actions, including the population in the main role of this confrontation.

KEY-WORDS: Health Education. Child Labor. Social service.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a situação de trabalho infantil é compreendida como um fenômeno complexo que envolve múltiplos determinantes, sociais, econômicos e culturais que compreende um processo de

vulnerabilidade que expõe crianças e adolescentes a situações de risco. O trabalho infantil ainda persiste nas camadas mais pobres da população considerando a realidade de cada território que se apresenta de várias formas em nosso país (MÜLLER, 2007).

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sobre Trabalho de Crianças e Adolescentes, em 2019, havia 1,768 milhão de crianças e adolescentes de cinco a 17 anos em situação de trabalho infantil, o que representa 4,6% da população nesta faixa etária.

A maior concentração de trabalho infantil está na faixa etária entre 14 e 17 anos, representando 78,7% do total. Com 5 a 13 anos representa 21,3% das crianças exploradas pelo trabalho infantil. Segundo o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), o número de crianças e adolescentes negros em situação de trabalho é maior no país.

A exploração do trabalho infantil representa umas das formas mais graves de violação de direitos, que se apresenta entre outros aspectos, pela fragilidade física, intelectual e social desses sujeitos, sob as condições de risco e de exploração do trabalho, e ao mesmo tempo, inviabilizando o acesso aos seus direitos básicos.

Trata-se de uma realidade social complexa e abrangente que perpassa todos os níveis sociais, econômicos e culturais, no qual, afeta não só crianças e adolescentes, mas toda sociedade. Monte (2008) ressalta que o trabalho infantil é um fenômeno associado aos determinantes sociais que expressam às refrações da questão social. Dentre estas, pode-se destacar: concentração de renda, assim como a pobreza dela resultante, a exploração da força de trabalho, a necessidade de complementar a renda familiar, expropriação dos direitos sociais, exploração e violência.

Durante a vivência de Estágio Supervisionado em Serviço Social, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, no período de 2017 a 2018, no Município de Bela Cruz – CE, foi possível perceber diversas situações de crianças e adolescentes realizando práticas de trabalho infantil nas suas diferentes formas: trabalho doméstico, trabalho mecânico, trabalho ambulante, catadores de lixo, vendedores de doces, lavoura, entre outros.

O presente trabalho tem como objetivo relatar a intervenção de educação em saúde junto às famílias em situação de vulnerabilidade social para elucidar os prejuízos que marcam o desenvolvimento das relações sociais saudáveis de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

METODOLOGIA

Trata-se de um trabalho descritivo, de abordagem qualitativa, acerca de um projeto de intervenção de estágio realizado junto as famílias em situação de vulnerabilidade social, acompanhadas pelo CREAS do Município de Bela Cruz – CE. A intervenção foi realizada no dia 17 de maio de 2018, às 14 horas, na localidade de Campo Novo, área extremamente vulnerável socialmente. O encontro aconteceu em um espaço aberto da comunidade onde se encontravam presentes 23 pessoas, dentre essas, pais, mães, avós e tias.

Dessa forma, a metodologia da intervenção foi desenvolvida com base na Educação Popular de Paulo Freire. Nessa proposta as experiências, o diálogo, a participação e autonomia é uma força propulsora para o desenvolvimento da ação. A partir dessa relação, compreende-se o sujeito no seu contexto histórico, social e cultural, atribuindo novos significados para sua realidade (VASCONCELOS, 2004).

Para se construir uma relação de confiança, no primeiro momento foi proposto em roda de conversa, o objetivo da intervenção e iniciado uma apresentação das pessoas ali presentes, mobilizando a participação, entrosamento e descoberta de suas percepções.

No segundo momento, realizou-se uma exposição de imagens sobre as diferentes formas do trabalho, construída com a participação de todos para retratar o trabalho infantil, partindo da realidade que as famílias vivenciavam na comunidade. Durante esse momento, a exposição das imagens ocorreu de forma circular, em roda de conversa, tendo como eixo norteador das informações, experiências e reflexões acerca das representações do trabalho infantil nas figuras. Foi uma forma estratégica de ouvir, oferecendo espaço para a troca de ideias.

No terceiro momento, foi apresentado o documentário “Crianças invisíveis”, em que retratava situações de violação dos direitos da criança e do adolescente. Após a apresentação, foi feita uma reflexão sobre violação de direitos, identificando a partir do documentário, situações que refletiam sobre a própria realidade vivenciada pelas famílias.

Por último, foi realizada uma avaliação aberta da intervenção em que buscou-se ouvir das famílias o que esse momento significou para elas e o que foi possível apreender através da intervenção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A proposta do trabalho foi direcionada no sentido de expressar novos conceitos, significados e práticas, ou seja, a partir da compreensão das vivências das famílias, direcionando a proposta de intervenção na perspectiva de informar, orientar, tirar dúvidas e conscientizar sobre os prejuízos do trabalho infantil na vida da criança e do adolescente.

Através da exposição de imagens foi possível apresentar as diferentes formas do trabalho infantil, sob a ótica da própria realidade vivenciada na comunidade, construindo, entre facilitadores e participantes, um espaço de informação sobre os direitos da criança e do adolescente. As imagens tiveram um papel fundamental de estimular a participação, pois serviram de instrumentos de interpretação e reflexão do contexto social que não se distancia de seus conhecimentos e experiências ligadas às suas vidas.

As imagens puderam expressar as diferentes formas de trabalho infantil presentes na comunidade, mas também propiciaram aos participantes o reconhecimento nessas funções quando crianças e desvelou como a prática do trabalho precoce na infância é naturalizado pelas famílias e perpassa gerações. Todos os participantes tiveram uma infância de trabalho. Destacaram o trabalho como algo

que está presente nas suas relações sociais, sendo transmitido aos filhos como uma prática educativa e edificadora de caráter.

Ressalta-se a dificuldade por parte das famílias de não considerar o trabalho infantil como prejudicial, pois através dos seus discursos a justificativa é de que o trabalho é uma forma de “ajuda”, não considerando algumas atividades como trabalho, por exemplo, trabalho doméstico, catadores de lixo e lavoura. Dessa maneira, desnaturalizar essa compreensão torna-se um desafio.

Nesse sentido, essa experiência se faz presente no cotidiano das famílias que subsidiam as relações de práticas educativas, realizadas no âmbito da atenção às suas necessidades de tomar como princípios da ordem dominante de assumir responsabilidades que se caracteriza pela perspectiva educativa de modo que os indivíduos têm que se moldar de forma a reduzir os riscos e enfrentar os desafios da atuação em sociedade.

O documentário “Crianças invisíveis” possibilitou uma discussão mais aprofundada sobre o assunto, fazendo inquietar conceitos antes “impregnados” no fundo da “consciência social” dessas famílias: a dificuldade de adentrar a questão de não se sentirem sujeitos de direitos e reconhecer a necessidade de buscar essa percepção, problematizar e refletir acerca desses significados. Atribui-se a essa resistência que decorre, por um lado, de um aspecto cultural da nossa sociedade e pelo o contexto de vulnerabilidade e a falta de acesso à garantia de seus direitos.

Ao final da intervenção sobre o combate ao trabalho infantil, foi realizado uma avaliação aberta no intento de identificar o significado da ação para as famílias e o que foi possível apreender com o momento. Nesse momento foram acolhidas e consideradas as dúvidas trazidas pelos participantes, ao mesmo tempo, situando a questão em seu contexto amplo, informando, debatendo e orientando a discussão para a compreensão do que é vivido em suas experiências.

Uma vez que a fala é nossa ferramenta principal dos atores participantes, problematizar o que escutamos, e nessa perspectiva, atuar como informante de direitos, tentando, junto a esses pais, ressignificar os sentidos de seus contextos e, a partir de suas reflexões, compreender e transformar o que julgarem necessário para garantir os seus direitos.

À vista disso, a maioria das pessoas que participaram da ação, consideraram importante a temática proposta e se mostraram receptivas para participar de demais discussões sobre o assunto. Essas pessoas expressaram entendimento da ação proposta e compreenderam os riscos do trabalho precoce para a saúde e vida social da criança e do adolescente. Assim como, apesar das informações socializadas, uma parte minoritária dos participantes, expressaram que continuam não enxergando no trabalho infantil um problema para a saúde dessas crianças e adolescentes ou risco social.

CONCLUSÃO

Entre os principais desafios apresentados está uma cultura de naturalização do trabalho infantil em que se apresenta a necessidade de prevenir e eliminar as diferentes formas e os impactos

dessa prática na saúde. Neste sentido, optou-se por trabalhar a família como parte fundamental desse processo. Considerando as formas socialmente aceitas do trabalho, percebe-se a necessidade de sensibilizar as famílias acerca das repercussões sobre a saúde das crianças e adolescentes que traz para a vida enquanto processo de desenvolvimento humano.

Nesse sentido, a partir do contexto histórico-cultural dos determinantes sociais, tais, como: gênero, classe social, configuração familiar, o trabalho se configura para as famílias em suas particularidades como uma relação necessária, a crença de que o trabalho da criança ajuda a família e cria responsabilidades, é uma realidade ainda muito presente, reforçada por mitos culturais e vulnerabilidades socioeconômicas. A conjuntura de mudanças sociais, econômicas e políticas no processo de reprodução e dominação do capital, dentro dessa estrutura dinâmica apresenta efeitos, como a precarização das relações de trabalho.

Por fim, refletir a respeito deste fenômeno dialogando por meio da participação e produção do conhecimento, tendo como base as experiências no território como estratégia de promoção da saúde e prevenção do trabalho de crianças e adolescentes, propiciaram expandir a atuação profissional e romper com a relação verticalizada, focando na diversidade dos participantes, de modo a instrumentalizar nossa prática dialogando entre o saber popular e científico.

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Nós, autores deste artigo, declaramos que não possuímos conflitos de interesses de ordem financeira, comercial, político, acadêmico e pessoal.

REFERÊNCIAS

MONTE, P. A. **Exploração do Trabalho Infantil no Brasil: Consequências e Reflexões**. Revista Economia, Brasília, DF, v.9, n.3, p. 625-650, 2008.

MÜLLER, V. R. **História de crianças e infâncias: registros, narrativas e vida privada**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VASCONCELOS, E. M. **Educação popular: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das políticas de saúde**. Physis [online]. 2004, vol.14, n.1, p.67-83.

ÍNDICE REMISSIVO

A

acesso à água encanada 51, 60
ações intersetoriais organizadas 86
agentes oncogênicos 20, 21
analfabetismo 51, 54, 55, 56, 57, 59, 60
anomalia congênita facial 91, 92

C

câncer 11, 12, 15, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27
Câncer de mama 11
câncer do colo do útero 20, 21, 22, 27
carência alimentar 63
Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS 85
cistos 11, 12, 16
citologia oncótica 20
classes sociais 20, 21
consumo de pornografia 39, 41, 43, 45
conteúdos pornográficos 39, 40, 41, 42, 43, 45
conteúdos pornográficos on-line 39
COVID-19 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 79, 82, 83
crianças e adolescentes 85, 87, 89, 90, 98

D

desenvolvimento social 86
desenvolvimento sustentável 50, 51, 52, 53, 58, 59, 61
desenvolvimento sustentável e os ODM 51
desigualdades sociais 31, 60, 61, 63, 65
desnutrição 65, 66, 68, 76, 80
determinantes sociais na saúde 76
Diagnóstico 11, 41, 44, 46
Direito a saúde 76

Direitos Fundamentais 76, 83
doenças crônicas 76, 78, 79, 98
doenças infecciosas 76

E

Educação Popular em Saúde 85
equidade de gênero 29, 32
Estágio Supervisionado 85, 87
exame Papanicolaou 20, 22
exame preventivo 20, 22, 23, 25, 26
exclusão social e saúde 76, 78

F

fibroadenoma 11, 12, 16, 18
fissura labiopalatina (FLP) 91, 92
fome 53, 54, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 81

G

Gastos 11
gênero/sexo 29, 30

I

identidade de gênero 29, 30, 32, 33, 35, 36
indicadores dos ODM 51
insegurança alimentar 63, 68, 73
isolamento social 39, 41, 43, 97

M

mamografia 11, 13, 16
mapa da fome 63, 65, 73
mistanásia 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83
Modelo Salutogênico 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98
mortalidade infantil 51, 54, 55, 59, 60

N

nódulo na mama 11, 12

O

Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) 51, 53

Organização das Nações Unidas (ONU) 51, 63

P

Papilomavírus Humano (HPV) 20, 21, 27

Plano Nacional de Enfrentamento à Violência e Discriminação contra LGBT 29, 33, 35

pobreza 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 72, 80, 81, 87

Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) 29, 35, 37

políticas inclusivas 29, 31, 32

políticas inclusivas de gênero 29, 32

população trans 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37

pornografia 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

preconceito 29, 30, 31, 34

preconceitos velados 29, 31

preparo profissional 29, 31

Processo Transexualizador do SUS 29, 35

promoção da agricultura familiar 63, 67

Q

questões ambientais e sociais 50, 52

S

Saúde da mulher 11

saúde e população trans 29

saúde mental 29, 31, 44, 46

Saúde Pública 6, 20, 37, 65, 85, 99

Serviço Social 85, 86, 87

sociedade 29, 30, 31, 33, 52, 58, 60, 65, 68, 71, 87, 89

subnutrição 63

suicídio 29, 31

T

trabalho infantil 85, 86, 87, 88, 89

transexuais 29, 30, 31, 32, 33, 35, 37

transexuais e saúde 29

U

uso excessivo de pornografia 39, 41, 42, 44, 46

V

vida das crianças e dos adolescentes 86

vida sexual 13, 39, 45

violações de direitos de crianças e adolescentes 86

violência 29, 31, 34, 35, 64, 81, 84, 87

vulnerabilidade social 83, 84, 85, 87

editoraomnisscientia@gmail.com 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora_omnis_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 (87) 9656-3565 

editoraomnisscientia@gmail.com 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora_omnis_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 (87) 9656-3565 